

Uma doença devastadora: a varíola em Pelotas (RS) na virada do século XIX e início do XX

A devastating disease: smallpox in
Pelotas (RS) at the turn of the 19th
and early 20th Century

Lorena Almeida Gill¹

Resumo: O artigo discute o aparecimento de dois surtos de varíola em Pelotas, no Rio Grande do Sul, na virada do século XIX para o XX, período marcado pelo início de uma crise econômica na cidade, fruto do fechamento de várias fábricas de produção de carne salgada, mantidas pelo trabalho escravizado. O objetivo do estudo é compreender como a cidade, que seguia a doutrina positivista, em sua versão castilhista, organizou-se para frear a existência de uma doença contagiosa, que trazia estigmas e mortes aos adoentados, representados, em sua maioria, por pessoas pobres, que para serem cuidadas não podiam acessar hospitais gerais e, em várias situações, necessitavam aguardar a abertura de espaços de isolamento, cuja localização era alvo de disputas. O estudo se vincula à história social da doença e tem como metodologia a análise documental e a pesquisa em jornais.

Palavras-chave: Varíola; epidemia; pobreza; castilhismo; Pelotas.

Abstract: The article discusses the appearance of two smallpox outbreaks in Pelotas, Rio Grande do Sul, at the turn of the 19th to the 20th century, a period marked by the beginning of an economic crisis in the city, caused by the closure of several salted meat production factories, which were sustained by enslaved labor. The objective of the study is to understand how the city, which followed the positivist doctrine in its Castilhist version, organized itself to curb the existence of a contagious disease that brought stigma and death to the afflicted, mostly represented by poor people, who could not access general hospitals to receive care and, in many cases, had to wait for the opening of isolation spaces, whose location was the subject of disputes. The study is linked to the social history of disease and uses document analysis and newspaper research as its methodology.

Keywords: Smallpox; epidemic; poverty; castilhismo; Pelotas.

No dia 15 de abril de 1891, em sua primeira página, o jornal *A Pátria* publicou notícia sobre um fato ocorrido na Capital Federal. Tratava-se de o texto do suicídio de Henrique Vella, morador na casa de pensão à rua 2 de Dezembro, número 21, Rio de Janeiro, que se matou após saber que seria removido ao hospital Santa Bárbara por ser portador da varíola (*A Pátria*, 1891).

Segundo o jornal, o rapaz teria ficado tão apavorado que se trancou em seu quarto, declarando que iria resistir e não obedecer, gritando logo depois que se mataria. “E assim o fez, porque ato contínuo ouviu-se a detonação de um tiro, seguida da queda do corpo do infeliz” (*A Pátria*, 1891). A notícia faz parte de um conjunto de várias outras notícias coletadas durante a realização de estudos sobre enfermidades em Pelotas², RS, entre os anos de 1890 e 1930.

Desse modo, este artigo pretende investigar o surgimento da varíola na virada do século XIX para o XX, a partir de duas ondas (1891-1895 e 1904-1905), visando pensar como a cidade se organizou para frear sua expansão, uma vez que era uma enfermidade infectocontagiosa que gerava medo e atingia, especialmente, os mais pobres, ou seja, pretos e pardos.

Durante o período, foram vistos quarenta anos de um jornal da cidade, na maior parte do tempo situacionista: o *Diário Popular* (DP), vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e outros quarenta anos de jornais de oposição ao governo do PRR, dentre estes o jornal *A Pátria*, publicado entre 1886 e 1891 e considerado produtor de um conteúdo progressista e republicano. Para Rüdiger (1993), este período era o do jornalismo político-partidário.

Os periódicos diários foram utilizados como fontes de pesquisa, na perspectiva colocada por De Luca (2005, p. 118) para quem: “[...] ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. Capelato (1988, p. 34) segue a mesma linha ao evidenciar o jornal como uma fonte privilegiada, pois apresenta “o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas e permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana”.

As vantagens do uso de periódicos também foram ressaltadas por Zicman (1985, p. 90), que destacou três delas:

Periodicidade: Os jornais são “arquivos do cotidiano” registrando a memória do dia a dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Disposição Espacial da Informação: Para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade. Tipo de Censura: Diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados.

Durante a cópia das notícias sobre enfermidades, foram encontradas referências a várias moléstias que apareciam na cidade em determinados períodos, como a peste bubônica, a febre tifoide, a difteria, a tuberculose, a sífilis, a gripe espanhola e a varíola.

No que diz respeito à metodologia, será utilizada, também, a análise documental, a partir do explicitado por Cellard (2008, p. 295), para quem: “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”.

O estudo tem como referencial teórico a história social das doenças na perspectiva defendida por Le Goff (1991, p. 8), de que a enfermidade “[...] pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades”.

A temática de estudo proposta parece pertinente após um período recente em que se conviveu com a pandemia do coronavírus para a qual muitas respostas precisaram ser construídas. Embora a vacinação, somada ao isolamento social, tenha sido considerada, pela maioria, os grandes aliados à prevenção, havia e há contestações ao que foi preconizado pela ciência, como também houve em fins do século XIX e início do XX. Ainda, a discussão é relevante justamente quando o tema da varíola tem sido retomado, a partir do reaparecimento da chamada Mpox³ (Laboissière, 2024), conhecida anteriormente como varíola dos macacos em vários países fora do continente africano, onde a doença é endêmica. Trata-se de uma enfermidade infecciosa, causada por um vírus que afeta seres humanos e animais.

É preciso ressaltar, antes de abordar o assunto pretendido, que não era muito comum a publicação de notícias sobre suicídios, seja qual fosse a causa. Houve até mesmo uma espécie de acordo⁴ (Correio Mercantil, 1898, p. 1) entre os proprietários de jornais da cidade para que não fossem publicizadas esse tipo de notícia, tendo em vista a compreensão de que esse conteúdo poderia levar ao encorajamento de outras pessoas para que também atentassem contra as suas vidas — prática bastante reprovada por ser uma ofensa a Deus (Minois, 2018). Talvez o jornal que divulgou a notícia não tenha se preocupado, pois tratava-se de ato realizado no Rio de Janeiro.

De outro modo, para a existência de enfermidades, muitas vezes as notícias não relatavam qual era de fato a moléstia causadora de infortúnio. A imprensa ou os relatórios de saúde costumavam utilizar alguns adjetivos como TERRÍVEL, CRUEL OU DEVASTADORA MOLÉSTIA, sobretudo, se o adoentado possuísse recursos financeiros. Poderia usar, também, o artifício de que o enfermo havia ido receber tratamento em outras terras visando novos ares, até que fosse possível seu retorno, curado ou melhorado, como diziam as anotações hospitalares. Para os mais pobres, no entanto, a situação poderia ser claramente diferente, já que os periódicos, algumas vezes, divulgavam dados pessoais sobre os adoentados por moléstias infectocontagiosas⁵, revelando o endereço completo onde moravam, o que certamente trazia problemas para eles e seus familiares.

Ainda, como grande parte dos mortos não chegava a ter um diagnóstico preciso — justamente porque a maioria dos enfermos morria em casa —, o número de casos de algumas doenças era mais expressivo do que os abordados em relatórios de saúde. A exemplo dos falecimentos fora do ambiente hospitalar, um Relatório do Estado, referente ao ano de 1919, por exemplo, afirmava que o quantitativo de óbitos era altíssimo, pois girava em torno dos 91,73% dos casos (Relatório [...], 1920, p. 532). Textos vinculados à Provedoria de hospitais relatavam que muitos doentes procuravam lugares de cuidado quando não havia mais o que ser feito, restando-lhes apenas poucas horas de vida (Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, 1889, p. 2).

Retomando a discussão sobre a varíola, era comum que os adoentados tivessem bolhas na pele, por isso a enfermidade ficou conhecida como MAL DAS BEXIGAS. Quando a doença estava mais desenvolvida, os enfermos eram facilmente reconhecidos, o que os fazia sofrer um maior estigma por parte daqueles que se

consideravam sãos. O próprio Júlio de Castilhos, que assumiu a Presidência do Estado do RS, em 1891, pelo PRR, havia tido varíola e seu rosto possuía marcas perceptíveis da doença. “Foi ainda à altura de seus 14 anos que Júlio contraiu varíola, quase encontrando a morte. Dura provação essa, de que conservaria o estigma para o resto da existência, na face marcada de bexigas” (Franco, 1996, p. 14). ESTIGMA é pensado a partir de Goffman (1980, p. 14), que assim diz:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

O mesmo autor (1980) explicita o que chama de três tipos principais de estigma: aquele que se relaciona às deformidades físicas, como marcas no rosto, por exemplo; os que se vinculam às culpas em virtude de atos individuais, como vícios e crenças falsas e o terceiro se refere a traços transmitidos em face de uma mesma linhagem, capazes de contaminar toda uma família. Para exemplificar a mácula que uma pessoa carregava por estar com varíola, cita-se o seguinte anúncio encontrado no jornal *O Rebate*, de 16 de agosto de 1915, p. 2, que assim dizia:

Prevenção – o abaixo assinado tem o grato prazer de comunicar aos seus fregueses, amigos, pessoas de suas relações e ao público em geral não ter fundamento o boato de que existia em minha casa pessoa atacada de varíola, como pode atestar o Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Higiene, que ontem certificou-se da improcedência do terrível flagelo. Faço a presente prevenção a bem dos interesses de minha ferraria sito à rua Marechal Deodoro n. 808. Jeremias Nogueira Soares.

No que diz respeito a estudos sobre a varíola no Rio Grande do Sul, há trabalhos que abordam cidades em específico. Quaresma (2012) disserta sobre a epidemia em Rio Grande, entre os anos de 1904-1905, período de um surto da moléstia na cidade. O autor utilizou jornais e informações constantes em relatórios de óbitos para a realização do estudo. Kuhn e Brizola (2019), por sua vez, abordaram os

impactos da varíola em Porto Alegre, que vitimou fatalmente 1% da população da capital, em 1874. Um dos temas centrais do estudo foi a resistência da população à vacina. Já Lopes (2016) observou os sinais de varíola em trabalhadores do RS, a partir de fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho, nos anos de 1933-1944, utilizando-se de fotografias.

Sobre a historiografia da doença, com ênfase na varíola, podem ser citados Sevcenko (2010), com um livro fundamental para pensar a enfermidade, intitulado “A Revolta da Vacina”; Tânia Fernandes (2010), que debateu o difícil processo de vacinação no Brasil; Hochman (2011) discutiu o que chamou de uma cultura de imunização, a partir da erradicação da varíola no Brasil, oficialmente decretada no ano de 1973; e Pimenta, Barbosa e Kodama (2019), que discutem os primeiros passos da vacinação para varíola no Brasil, além da imunização dos escravizados. Outros autores que se colocam nesta nova perspectiva de estudar a história das enfermidades também abordam o tema da varíola, como Chalhoub (1996), que enfocou as epidemias na corte imperial, observando como as autoridades priorizaram o cuidado de algumas doenças que acometiam, especialmente, imigrantes brancos em detrimento de outras, que impactavam a população negra; Loner, Gill e Scheer (2012) concentraram a análise nas epidemias que afetaram pessoas escravizadas em Pelotas, entre os anos de 1870-1880; Quevedo e Kulzer (2019), que estudaram as epidemias no estado do RS como um todo, enfatizaram situações específicas relacionadas à cólera, peste bubônica, tuberculose, gripe espanhola, sífilis e varíola; e Weber (1997), a qual pensou sobre as moléstias dentro do espaço positivista do RS, inspirada em Auguste Comte, a partir da construção de uma nova concepção trazida por Júlio de Castilhos que, ao enaltecer a liberdade individual, a liberdade religiosa e a liberdade profissional, provocou impactos no tratamento dos adoentados do estado, alguns deles vinculados a não vacinação de boa parte da população que rechaçava a vacina por não ser preconizada nem pelos governantes nem por médicos positivistas (Gill, 2004).

De todo modo, nem todos os médicos seguiram à risca o que era apontado pelo PRR, mesmo que fossem filiados ao partido. Alguns defendiam um amplo espectro de liberdades, mas se mostravam favoráveis à vacinação, por exemplo. E havia os opositores, membros de outras agremiações políticas, que eram críticos, especialmente, à liberdade para o exercício da profissão, denunciando a possibilidade do aparecimento e da guarida do que chamavam de charlatães, ou seja, pessoas qualificadas como feiticeiros, mandingueiros, curadores.

Para o ano de 1929, por exemplo, o Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, na parte denominada “Corpo médico, curandeiros, feiticeiros e parteiras”, página 479, assim dizia:

Existe atualmente em Pelotas um total de 53 médicos, assim discriminados pelas especialidades que exercem: 12 cirurgiões, 27 clínicos, 4 microbiologistas, 3 pediatras, 2 obstetras, 4 oftalmologistas, 1 radiologista, 2 médicos cirúrgicos, 4 homeopatas, 37 curandeiros, feiticeiros, cartomantes, etc., 5 parteiras amadoras relacionadas com o corpo médico e 7 parteiras curiosas, que trabalham por conta própria (Rio Grande do Sul, 1929, p. 479).

Mas, e como era a Pelotas em finais do século XIX? A cidade havia vivenciado há pouco o seu período de maior efervescência econômica, uma vez que entre 1860 e 1890 possuía cerca de 40 charqueadas, mantidas, na maior parte do tempo, através do trabalho de escravizados.

Os dados trazidos pelos jornais diários [...] confirmam que Pelotas era a cidade do Rio Grande do Sul com o maior número de cativos, ou seja, às vésperas da campanha de emancipação de 1884 possuía 6.526 escravizados, enquanto a capital do estado, Porto Alegre, tinha 5.790. Já as cidades próximas, Rio Grande e Canguçu, que faziam parte do polo charqueador, contavam com 2.345 e 2.080, respectivamente, conforme o jornal Onze de Junho, de 27 de agosto de 1884 (Loner; Gill; Scheer, 2012, p. 137).

Embora a existência de uma prosperidade econômica, que impactava especialmente o centro da cidade com seus casarões suntuosos, hotéis de luxo e ares de modernização, Pelotas sofria por questões de falta de infraestrutura: inexistência de redes de esgoto (só iniciada no ano de 1913), as quais abarcavam poucas ruas; ausência de abastecimento de água para a maior parte dos habitantes; e coleta inadequada do lixo, o que possibilitava um ambiente propício ao desenvolvimento de doenças transmissíveis.

Para o período que o artigo pretende abranger, a população do município apresentava, segundo Osorio (1998, p. 287), os seguintes contingentes: 1890, 37.256 habitantes totais, sendo 22.919 na zona urbana e 14.337 na zona rural. Em 1900, o total era de 43.091 (26.312 moradores da zona urbana e 16.779 da zona rural) e, por fim, em 1911, tinha-se 62.701, sendo 36.243 da zona urbana e suburbana e 26.458 da zona rural.

É interessante pensar sobre a palavra SUBURBANA, que aparece para os anos de 1911. Segundo Alberto Coelho da Cunha — um escrevente municipal que atuou por 40 anos e elaborou várias estatísticas de natalidade e mortalidade, além de análises sobre o desenvolvimento da cidade —, houve um aumento considerável de regiões ainda mais desprovidas daquilo que era fundamental, em termos de serviços, para o bem-estar da população, como o saneamento de água, a existência de esgotos e o transporte público. Dizia ele:

Por lugares onde não prevalece o alinhamento urbano e nem vigora o Código de Construções, como criações a parte, de regime independente foram formados bairros e vilas, cuja ligação com ruas do centro urbano, mal se ativa, tão confusa e perturbante é, como é a saída de um labirinto (Cidade [...], 1929, pasta 618).

Nomes de lugares como Vila da Graça, Simões Lopes, Joaquim Machado, Joaquim Silva, Manoel Barros, São Francisco de Paula, Hilda, Marchesse, Gotuzzo, Prado, Rheingantz, Caruccio, Santa Marta, Florentino, Idalina, Eloah Trápaga e Gastão Duarte, aparecem em seus escritos recheados por críticas que apontavam para o fato de que quem lucrava com os loteamentos, em regiões longínquas, eram apenas aqueles a quem chamava de capitalistas e não as pessoas que possuíam menores recursos e, por isso, precisavam se deslocar para locais a cada dia mais afastados do centro da cidade, espaço em que costumavam trabalhar.

Com as vilas suburbanas, a cidade possuía vários cortiços, chamados também de becos, corredores ou currais, lugares considerados locais de focos de doenças. Segundo um Boletim de Estatística da cidade, de 1891, existia naquele ano 124 cortiços em Pelotas, nos quais se aglomerava “[...] gente de ínfima classe, especialmente de cor preta, que são os focos de todas as imundícies”.

É preciso compreender que estes eram os cortiços registrados e/ou conhecidos, mas havia um quantitativo significativo de habitações que albergavam muitas pessoas, cuja existência era desconhecida das autoridades (Gill, 2006). A moradia precária que, na maior parte das vezes, constituía a única opção de habitação de muitas pessoas, era associada à ideia de vagabundagem, libertinagem, alcoolismo e moléstias. Segundo Relatório de 1916 apresentado ao Intendente: “Há casas malsãs, cortiços que bem mereciam a demolição imediata e onde se albergam dezenas de entes macilentos em promiscuidade prejudicial [...]” (Relatório [...], 1916).

Havia uma guerra declarada aos cortiços, incentivada pelos gestores municipais e pela imprensa. Tal situação proporcionou um debate no ano de 1906, por exemplo, entre a associação de proprietários da cidade, representada por seu presidente, Hippolyto Bolleto, — o qual se queixava das constantes multas recebidas — e o Delegado de Higiene à época, José Calero⁶, defensor de medidas enérgicas contra esse tipo de moradia. Nesse embate, a associação chegou a declarar que o próprio Calero era proprietário de um cortiço, em que viviam “seis infelizes” (A Opinião Pública, 6 set. 1906, p. 1).

A DOENÇA ENTRE 1891-1895

Conforme já dito, a varíola apareceu em diferentes momentos da história da cidade. Em fins do século XIX, no ano de 1891, uma onda se iniciou. O jornal *Diário Popular*, de 1º de maio, na página 1, afirmava ter ressurgido a epidemia em Pelotas. Diante desse cenário, teria sido autorizado pelo Presidente do Estado, Fernando Abbott, a reabertura do lazareto, com o custeio das despesas.

O hospital de isolamento abriu em momentos específicos na cidade, a partir da conjuntura de salubridade existente. Tal situação ocorreu, por exemplo, no ano de 1894 quando os números de enfermos foram expressivos, com o jornal afirmando que a moléstia infelizmente “vai tomando um grande incremento” (Diário Popular, 1894b, p. 2).

Logo no início do ano no DP foi publicado um mapa sobre a movimentação de doentes, relativo ao ano anterior. No documento, foi dito que tinham sido internados no lazareto 198 pacientes, dos quais 130 saíram curados, 61 faleceram e 7 continuavam em tratamento. Dos variolosos, 76 eram do sexo masculino e 122 do feminino; 48 eram brancos, 85 pardos e 65 negros; e a maioria era brasileira (175), mas havia 10 orientais (uruguaios), 3 russos, 3 africanos, 2 portugueses, 1 argentino, 1 paraguaio, 1 turco, 1 italiano e 1 espanhol. Os números apontam para a realidade de que quase 76% das pessoas infectadas pela doença eram os mais pobres, ou seja, pretos e pardos, muitos deles remanescentes do trabalho nas charqueadas (Diário Popular, 1894a, p. 1).

Sobre a forma da doença, o relatório publicado no jornal afirmava que a maioria⁷ era confluenta, ou seja, havia a formação de carreiras de pústulas ao longo do corpo (122) e discreta (76), mas houve alguns casos do tipo confluenta hemorrágica (5) e hemorrágica (5), que eram casos mais raros.

Havia uma espécie de contenda sobre os números para a moléstia, uma vez que a imprensa alinhada ao governo enfatizava que os periódicos oposicionistas eram bastante alarmistas, mesmo quando os coeficientes de doentes eram pequenos. Uma crítica publicada no jornal DP, apontava o periódico *Nacional* como envolvido em questões de cunho eleitoral. “Já se vê o Nacional que não se costuma entre nós preterir o serviço pela cabala eleitoral [...]. O que é necessário é que haja mais amor à verdade e menos rancor político” (Diário Popular, 1891, p. 2)

Uma outra discussão sempre presente associada à enfermidade era sobre a localização que um hospital de isolamento deveria ter. A intenção era de afastá-lo o mais longe possível das pessoas consideradas sãs. Um desses confrontos apareceu no ano de 1895, por exemplo, quando era pretendido construir um prédio definitivo e não alugar uma edificação provisória, o que comumente era feito. No jornal DP, foi dito que uma comissão formada pelo Intendente, Gervásio Pereira, pelo Delegado de Higiene, José Calero e pelo engenheiro de Obras Públicas, J. H. Riff, havia sido designada para fazer o levantamento de um lugar adequado e tinha sugerido as Três Vendas, região afastada do centro da cidade, na saída para Porto Alegre e marcada pela presença de imigrantes alemães e seus descendentes, que se deslocavam entre a zona urbana e as regiões rurais para realizarem comércio de produtos agrícolas. O periódico se posicionava contrário à ideia, assim dizendo: “Os perigos da propagação das enfermidades epidêmicas, como, por exemplo, a varíola, aumentarão na relação do trânsito obrigatório, pelas proximidades do hospital, facilmente, por isso, infeccionando as nossas colônias e a Serra” (Diário Popular, 1895a, p. 1).

O mesmo assunto parece não ter se resolvido meses depois, já que foi trazido pelo jornal *Correio Mercantil*, com o título: “Declarações – Delegacia de Higiene no município de Pelotas”:

Faço público que tendo de abrir com máxima urgência o lazareto para variolosos, necessito de uma casa em condições higiênicas, que fique a alguma distância da cidade, quem tiver e quiser alugar, peço o obséquio de procurar-me. Preciso igualmente de cozinheiro, enfermeiro e servente. Dr. José Calero, Delegado de Higiene (Declarações [...], 1895, p. 2).

Ainda, no dia 18 de dezembro do mesmo ano, nova matéria tratou do assunto ao manifestar que a “honrada comissão incumbida da escolha do local” havia desistido de colocá-lo nas Três Vendas, afastando-o ainda mais da população.

O hospital será construído no logradouro público, vizinhanças do cemitério da Boa Vista, em lugar, portanto, completamente isolado, como convém a edifícios desta ordem. Em nome da população, assim livre da ameaça constante da propagação de moléstias infecciosas, agradecemos àqueles distintos cavalheiros a consideração que ligaram às ponderações a respeito feitas (Diário Popular, 1895b, p. 1).

Havia períodos em que o hospital de isolamento não estava disponível ou tinha alterado seu endereço⁸, de forma que os adoentados não sabiam para onde ir, especialmente em casos mais graves, como verificado pela notícia abaixo:

Ontem foi apresentar-se à Santa Casa uma mulher atacada de varíola. Não tendo sido recebida como é do regulamento, a referida mulher deixou-se ficar encostada a um muro das circunvizinhanças, donde, pouco depois por ordem do Sr. Delegado de Higiene, foi transportada para o Lazareto de Variolosos. (Correio Mercantil, 1893b, p. 1)

Ou, ainda, aconteceram situações em que houve discussões sobre quem deveria tratar um paciente, como no caso de Rachel de Medeiros. Segundo o jornal *Correio Mercantil* (1893a, p. 2), Rachel já estava curada da varíola e teria procurado a Santa Casa para o tratamento de outra moléstia, o que não foi disponibilizado a ela.

Rachel, que se havia tratado de varíola em domicílio, com sacrifício, após a cura procurou a Santa Casa para recuperar-se de uma pneumonia. Mas não foi ali tratada porque se temia um possível contágio. A questão era difícil de resolver. Rachel não podia contar com o auxílio da Santa Casa, que a recusava, temendo contaminação; nem com a ajuda do Lazareto, pois estava curada da varíola. Muito menos poderia contar com os cuidados de um médico particular, por ser pessoa pobre (Gill, 2004, p. 174).

Durante o período de recrudescimento da doença, dois artigos do Regulamento de Higiene da cidade foram publicamente reforçados: o 27, inciso 5º dizia que “nenhum doente afetado de moléstia contagiosa poderá ser tratado em hotel, colégio, casa de pasto, fábrica de gêneros alimentícios ou edifícios congêneres, sob pena de 100\$ a 500\$”; já o 35, inciso 9º revelava a necessidade de o médico comunicar, imediatamente à autoridade sanitária, a existência de moléstia transmissível. Caso o doente não estivesse em tratamento médico, o dono ou a dona da casa deveria fazer a comunicação.

A situação de calamidade sobre a varíola em Pelotas fez com que a repartição de higiene do estado, presidida pelo médico Protásio Alves, expedisse no dia 6 de dezembro de 1895 um aviso a seu ajudante na capital: “No intuito de evitar a importação da varíola que grassa com intensidade em Pelotas, ireis visitar os navios procedentes dali, acompanhado do funcionário designado pelo Dr. Chefe da polícia” (Correio Mercantil, 1895, p. 2). Os passageiros deveriam ser postos em observação até o período de inoculação da moléstia e um médico examinaria pessoalmente os casos de adoecimento.

Uma estatística demográfico-sanitária publicada no ano de 1906 pelo delegado de Higiene, José Calero, afirmava que a doença fez 386 vítimas entre 1890 e 1896, sendo o ano de 1893 aquele em que mais mortes aconteceram: 118. Em 1896, o delegado de Higiene revelou que os casos estavam diminuindo embora a mortalidade fosse alta. “Causa-me horror até dizer-vos que ainda anteontem recebi um homem nu, envolvido num cobertor, com a pele descolada em várias partes do corpo que, com os movimentos do doente, retalhava-se, às vezes, ficando aderente à coberta, deixando a nu todos os tecidos subcutâneos” (Pelotas 1906, p. 11). Na notícia publicada no jornal *A Opinião Pública* (1896, p. 1), Calero acrescenta que os doentes deveriam procurar tratamento tão logo percebessem estar enfermos, além de recorrer à vacinação, sempre disponível, como meio preventivo.

A vacina contra a varíola havia sido criada pelo médico inglês Edward Jenner, em 1796. “Jenner estudou camponeses que desenvolviam uma condição benigna conhecida por vaccinia, devido ao contato com vacas infectadas por varíola bovina (cowpox), desenvolvendo as primeiras técnicas de imunização” (Feijó; Sáfadi, 2006, p. 1).

A partir de informações constantes do jornal *Diário Popular* (1897, p. 2), fica-se sabendo que Calero vacinava diariamente a população, além de fazer campanhas de vacinação nas escolas, momento em que os pais deveriam autorizar o ato.

OS ANOS DE 1904 E 1905

Um ano antes da existência dos primeiros casos em Pelotas, nesta nova onda, foram intensificados os debates sobre o estado sanitário da cidade, especialmente tendo em vista o aparecimento de casos de peste bubônica. Informava o *Diário Popular* (1903b, p. 1) que existiam boatos de que estaria grassando em toda a

cidade “enfermidades, que, diariamente, avolumam a estatística mortuária”. O periódico afirmou se tratar de uma balela, com o fim de provocar pânico na população. Segundo o mesmo jornal: “o estado sanitário é excelente e, para garanti-lo, as autoridades competentes não poupam esforços, adotando medidas de precaução, que tranquilizam o público”.

A imprensa oposicionista *A Opinião Pública* (1903, p. 2) pensava um pouco diferente e cobrava o *Diário Popular* por não ser explícito nas notícias divulgadas: “O colega do *Diário* dali, não tem coragem de dizer que é a peste bubônica que está fazendo vítimas, mas publica editais sobre exigências higiênicas que bem demonstram que o mal não se pode mais esconder, tal como o sol não se tapa com uma peneira”.

De todo modo, a discussão mais acirrada do período foi com relação à lei que regulamentava a vacinação obrigatória contra a varíola no Brasil. Segundo Sevcenko (2010, p. 17), a norma promoveu fortes debates, uma vez que enquanto o governo federal percebia a necessidade de ampla imunização para conter o número de infectados, a “pequena oposição parlamentar, a imprensa não governista e a população da cidade por outro lado, procuravam resistir obstinadamente à implantação do decreto”. A revolta foi um movimento para além da discussão de imunização, pois aglutinou diferentes queixas, muitas delas vinculadas às classes populares, que se sentiam marginalizadas pelo estado (Gill; Pezat, 2008). É importante ressaltar que a vacinação já era obrigatória no Brasil desde o século XIX, mas a determinação não costumava ser cumprida e, desse modo, a legislação de 1904 foi uma espécie de ratificação da exigência.

As críticas à imposição da vacinação se colocavam a partir de vários enunciados como, por exemplo, a possibilidade da ampliação do número de mortos; a existência de vacinas pouco confiáveis; e agentes de saúde truculentos, mas uma questão se mostrava fundamental: a defesa do direito à liberdade individual. Ora, tal argumento encontrou ainda mais guarida em terras rio-grandenses, chefiadas por positivistas castilhistas (Pezat, 2006), conforme já dito.

Segundo Teixeira Mendes (1904, p. 19), membro da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil:

Longe, pois, de sermos nós os *intolerantes*, os *déspotas* animados da pretensão, que os nossos gratuitos adversários

nos emprestam, de impor as nossas opiniões, só aspiramos que não se imponha doutrina alguma. Com efeito, ao passo que os partidários da vacinação obrigatória querem tiranizar os nossos corpos e os corpos dos que não creem na sua onisciência e na sua onipotência médicas, – nós apenas defendemos os corpos dos nossos semelhantes que não querem ser vacinados à força, e os nossos próprios corpos. Quanto aos que acreditam nos vacinadores, apenas aconselhamos que não se deixem iludir pelos preconícios destes, dissipando o falso prestígio científico com que pretendem decorar-se (Acervo NDH).

Joaquim Bagueira Leal, médico-militar positivista, que permaneceu no Rio Grande do Sul durante a Revolução Federalista⁹, ocorrida entre 1893 e 1895, relata sobre o desconhecimento das vacinas:

[...] Quando um legislador se propuser a decretar a vacinação obrigatória, ele nem se poderá saber o que está fazendo, porque não poderá conhecer qual a substância que ele está determinando que se introduza nos organismos. A única coisa que ele pode saber com segurança é que está decretando o envenenamento forçado da espécie humana (Diário Popular, 1904, p. 1).

Os primeiros casos de varíola, neste novo surto, foram noticiados pelo Boletim Demográfico da Delegacia de Higiene, publicado no jornal *A Opinião Pública* (1904, p. 1), para o qual houve o apontamento de quatro mortes por varíola apenas no mês de setembro daquele ano.

Já em 1905 no jornal *A Opinião Pública*, com o título “Noticiário – Delegacia de Higiene”, foi dito que se deveria ter cuidado com pessoas provenientes de Rio Grande, já que naquela cidade eram vários os casos de varíola: “O Dr. Delegado oficiou ao Sr. A. Duprat, diretor da Southern, pedindo-lhe providências, no sentido de ser evitado o embarque, nos trens daquela via férrea, de indivíduos atacados de varíola, no período de transmissão” (*A Opinião Pública*, 1905a, p. 1).

Alguns meses após, sob a forma de um edital, José Francisco Vieira (auxiliar, secretário) escreve que de ordem do Sr. Dr. José Calero, delegado de Higiene: “faço público que fica proibido trazer, da cidade do Rio Grande para esta, móveis usados, roupas sujas, objetivos suspeitos de terem pertencido a varioloso ou pestíferos” (Vieira, 1905, p. 2). Caso não fosse cumprida a determinação, seriam desinfetados pela Delegacia às custas do proprietário.

Logo em seguida, em 15 de junho de 1905, pelo mesmo jornal, houve uma matéria maior, em um tom alarmista, vinculando novamente a doença à cidade de Rio Grande:

Todos os internados no hospital de Isolamento desta cidade são pessoas vindas do Rio Grande ou tendo de lá recebido o germe da moléstia: ela aqui ainda não pode disseminar-se, mas, para que possamos evitar seus efeitos, é necessário que todos recorram à vacina de Jenner, não se iludindo com o piche e alcatrão queimados, sabonetes desinfetantes, chás caseiros, cânfora, etc., que podem ser muito bons, e há quem o afirme, porém só depois do uso da vacina – o único preservativo da varíola (A Opinião Pública, 1905b, p. 1).

O texto segue pedindo que a comunidade denuncie os casos ocultos de varíola, além de listar nove postos disponíveis para proceder a imunização, que atuavam em diferentes horários, com o fim de atender toda a população.

Embora se propague a necessidade da vacinação para o maior número de pessoas, o *Diário Popular*, por exemplo, tinha a preocupação em falar do cuidado com a liberdade individual, como visto na seguinte notícia: “A vacinação tem sido feita assiduamente, indo pessoalmente aos colégios, cortiços e casas onde habitam crianças levar este recurso profilático, fazendo, entretanto, cercar o ato da maior liberdade possível, só vacinando as crianças com o consentimento de seus pais ou tutores” (Diário Popular, 1905b, p. 1).

No que tange à cidade de Pelotas, pelo menos o periódico situacionista, *Diário Popular* (1905a, p. 1), pensava que a situação não era problemática: “Notícia agradável – assinalamos, com muito prazer, que anteontem não se registrou um só óbito. Esse fato, que repetidamente registramos, dá ideia das excelentes condições de salubridade de Pelotas”. Já no dia 25 de agosto de 1905, pelo mesmo veículo de comunicação era dito que o hospital de isolamento havia sido fechado, pois se tinha dado alta aos únicos três enfermos existentes. De todo modo, era feito um alerta: “O nosso excelente estado sanitário não permite, entretanto que nos descuidemos, pois é lamentável verdade que a varíola grassa ainda em Rio Grande e Porto Alegre” (Diário Popular, 1905c, p. 2).

Note-se que o tema da doença forasteira era bastante presente em relatórios que abordavam a saúde. Era comum dizer que os casos de enfermidade eram,

em sua maioria, importados de cidades próximas como uma maneira de isentar os gestores sobre possíveis responsabilidades. No documento Estatística demográfico-sanitária do Município de Pelotas, correspondente a 1905, José Calero afirmava que a epidemia de varíola em Pelotas originara-se em Rio Grande e que, dos 27 casos existentes de febre tifoide naquele ano, somente 8 tinham surgido em Pelotas, sendo 70% provenientes de fora.

Tal situação de imputar uma doença a um lugar de fora, ou seja, ao outro, faz com que se pense em Delumeau (1993, p. 138), para quem: “Por mais chocada que estivesse, uma população atingida pela peste procurava explicar-se o ataque de que era vítima. Encontrar as causas de um mal é recriar um quadro tranquilizador, reconstituir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação dos remédios”.

Quaresma (2012), conforme já dito, estudou a varíola em Rio Grande nos anos de 1904 e 1905, e apresentou números relevantes de casos existentes na cidade naquele período, sobretudo através das páginas do jornal oposicionista *Echo do Sul*. Segundo o autor, a enfermidade

[...] foi considerada pela imprensa, a partir de então, assim como pelo restante da população, como uma epidemia de grandes proporções, enquanto que para a Intendência Municipal e inspetorias de higiene e de saúde, o surto de varíola exigia apenas um acompanhamento e uma atenção equidistante sob o seu controle e, conseqüentemente, não era motivo para pânico (Quaresma, 2012, p. 114).

De todo modo, mesmo que parecesse contraditório, tendo em vista a preconização da liberdade individual, eram frequentes na imprensa situacionista notícias abordando a eficácia da vacinação para debelar uma possível epidemia. “[...] Tendo recebido excelente linfa vacínica animal, do instituto de São Paulo, não só facultamos este recurso gratuitamente em nosso gabinete, como também, para facilitar seu emprego, temo-nos dirigido aos colégios desta cidade, onde temos sido acolhidos com gentilezas pelo ilustrado professorado [...]” (Diário Popular, 1903, p. 2).

A enfermidade, de tempos em tempos, reaparecia e provocava debates muito parecidos, que se relacionavam à necessidade de mudanças estruturais na cidade ou ainda sobre a falta de cuidados das pessoas que, aparentemente, deveriam viver em melhores condições e observar preceitos higiênicos, mesmo

que ganhassem salários muito baixos — isso quando tinham emprego — e que não tivessem atendimento imediato para uma doença infectocontagiosa, como a varíola, causadora de inúmeras mortes no Brasil e no mundo.

Passados vários surtos, no decorrer dos anos, na década de 1960 foi instituído, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um programa mundial de erradicação da varíola. Segundo Schreiber e Mathys (1991, p. 117), neste período:

[...] os especialistas estimavam o número de casos em cerca de 10 a 15 milhões. Ao longo dessa admirável campanha, a América do Sul livrou-se da varíola em 1971, seguida pela Indonésia em 1972 e pela Índia em 1975. Após a eliminação dos últimos pequenos focos da doença na Etiópia e na Somália, mais nenhum caso de varíola foi notificado.

No Brasil, oficialmente, a varíola em humanos teve seu último caso registrado no ano de 1971 e, dois anos após, o país recebeu o certificado da Organização Mundial da Saúde de erradicação da doença, após uma longa campanha de vacinação efetivada entre 1966 e 1973. Para Hochman (2011, p. 376), este período contrastou com o início do século XX: “Afinal, sessenta anos depois de uma revolta contra a vacinação obrigatória, a população, em vez de fazer barricadas, não só saiu de suas casas como formou filas e aglomerou-se em praças públicas para ser vacinada entre 1967 e 1973, no período mais duro de um regime autoritário avesso a concentrações populares”.

Desde esse período, pelo menos no Brasil, o assunto varíola era tratado apenas pela História, tendo em vista ter se transformado na primeira moléstia infecciosa erradicada pela vacinação. No ano de 2022, no entanto, foi noticiado o que se chamou de primeiro caso de varíola dos macacos no Brasil em um homem de 41 anos, que havia viajado para a Espanha e Portugal.

Embora com situações pouco letais, com o passar dos anos, novas notícias relacionadas agora à chamada *monkeypox* fizeram com que o debate sobre a varíola retornasse à cena pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os períodos históricos há doenças. Algumas, que possuem números mais impactantes, como a tuberculose, por exemplo, costumam ser chamadas de

FILHAS DA CASA e, ao trazer dados demográficos sanitários em relatórios oficiais, sua existência frequentemente era minimizada, a partir do uso de expressões como AFORA A TUBERCULOSE, APESAR DA TUBERCULOSE ou, ainda, a enfermidade era tratada como um evento do passado.

As epidemias, no entanto, causavam e ainda causam muito medo por trazerem um maior número de mortes, mais rapidamente e, especialmente quando as marcas que provocavam nos corpos eram bem perceptíveis, como a existência das bolhas para a varíola, como descrito neste estudo. A partir daí, era feita uma classificação entre os sãos — que deveriam viver em sociedade — e os adoentados — que precisavam ser excluídos.

O fato é que em se tratando de Pelotas, em fins do século XIX e início do XX, a cidade não estava aparelhada para debelar surtos de varíola, assim como outras doenças infecciosas que acometiam especialmente os mais pobres, os quais viviam em locais insalubres, como os cortiços, e trabalhavam mais expostos a doenças contagiosas em ambientes fechados, como as fábricas. Soma-se a isso o difícil acesso aos médicos. Diante desse cenário, a municipalidade não conseguiu frear as crises provocadas pela varíola, que aparecia na cidade de tempos em tempos, gerando medo e sofrimento nas pessoas.

Embora existisse vacina disponível e campanhas para que as pessoas a procurassem, no RS, em especial, havia um agravante para a disseminação de moléstias, ou seja, o estado era administrado por um governo que preconizava, dentre outras, a liberdade individual, indicando que as pessoas tinham o direito de se vacinarem ou não.

As soluções encontradas pela Intendência, nesse contexto, foram imputar ao outro a doença, ou seja, dizer que os casos existentes na cidade eram, especialmente, de um município portuário vizinho, a cidade de Rio Grande; criar uma guerra contra cortiços, habitados por aqueles que tinham poucos recursos financeiros; e abrir, quando urgente, um hospital de isolamento, embora ninguém quisesse morar perto de um espaço como esse.

O primeiro surto de varíola apontado neste estudo (1891-1895) era o momento de ascensão do governo do estado do RS de Júlio de Castilhos, quando as liberdades civis preconizadas pelo Positivismo, como a individual, precisavam ser ainda mais

enaltecidas. Já o segundo (1904-1905), deu-se em outro contexto, pelo menos em nível nacional, no período em que acontecia a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro. Embora se tivesse passado a contar com a Lei de número 1.261, de 31 de outubro de 1904, a qual potencializou a revolta, os discursos da intelectualidade e dos governantes positivistas no RS seguiam muito parecidos com os do período anterior, no sentido de que cabia a cada um a decisão de vacinar ou não.

De todo modo, mesmo que Pelotas adotasse a doutrina positivista, no ano de 1905, na cidade, por exemplo, chegaram a existir nove postos de vacinação, além de campanhas realizadas em escolas, pelo Delegado de Higiene, José Calero. Tal fato demonstra a emergência trazida por esta moléstia infecciosa.

Portanto, a partir deste estudo, foi possível compreender um pouco mais do panorama sanitário de Pelotas na virada do século XIX e início do século XX, além de mapear brevemente estudos pertinentes que endossam a necessidade desta discussão. Com o escrutínio dos jornais à época, pró e opositor ao governo instituído, foi apurado não só o impacto da doença no cotidiano da cidade, como também a dinâmica e a repercussão negativa da imprensa, especialmente a de cunho castilhistas que, através da construção de um discurso de uma pretensa liberdade, fez com que uma boa parte da população não recebesse bem a vacina como medida de proteção contra a varíola. Seus portadores, em consequência, eram estigmatizados em anúncios de jornais e na vida real, e as pessoas que mais sofriam prejuízos sociais e econômicos eram os mais pobres, pretos e pardos, com pouco ou quase nenhum acesso à saúde. As condições de vida da população mais pobre, os poucos médicos acessíveis aos que tinham recursos escassos, a falta de um espaço de acolhimento hospitalar permanente e conhecido da população e a desinformação jornalística trazida não contribuíram para que a varíola não fosse disseminada, assim como aconteceu com outras enfermidades, para as quais já existia algum tipo de tratamento.

REFERÊNCIAS

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 23 fev. 1905a. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 15 jun. 1905b. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 27 jun. 1896. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 6 set. 1906. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 6 out. 1904. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 13 de outubro de 1905c. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

A PÁTRIA. Pelotas, 15 abr. 1891. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

AXT, Gunter. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. *Crítica & Controle*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 102-137, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/criticaecontrole/article/view/133479>. Acesso em: 25 ago. de 2024.

BOLETIM de Estatística apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio em 1891, por Euclides B. de Moura, diretor da repartição de Estatística. Pelotas: [s. n.], 1891. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

CAPELATO, Maria. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CIDADE em Crescimento. *A Opinião Pública*, Pelotas, abr. 1929. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

CORREIO MERCANTIL. Pelotas, 17 dez. 1895. Hemeroteca da Biblioteca Pública.

CORREIO MERCANTIL. Pelotas, 18 maio 1898. Hemeroteca da Biblioteca Pública.

CORREIO MERCANTIL. Pelotas, 22 ago. 1893a. Hemeroteca da Biblioteca Pública.

CORREIO MERCANTIL. Pelotas, 29 ago. 1893b. Hemeroteca da Biblioteca Pública.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

DECLARAÇÕES delegacia de higiene no município de Pelotas. *Correio Mercantil*, Pelotas. 31 out. 1895. Hemeroteca da Biblioteca Pública.

DELUMENAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 13 maio 1905a. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 14 jun. 1905b. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 25 ago. 1905c. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1 jan. 1922. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1 maio 1891. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 13 jan. 1903a. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 17 jan. 1894a. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 21 abr. 1895a. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 18 dez. 1895b. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 18 jul. 1897. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 28 jan. 1903b. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 4 abr. 1903c. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 5 jun. 1894b. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 9 set. 1904. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

FEIJÓ, Ricardo; SÁFADI, Marco Aurélio. Immunizations: three centuries of success and ongoing challenges. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 82, p. S1-S3, 2006. Suplemento 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/ZjQy9DgV5tmcLqxk3YsS5Vf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

FERNANDES, Tânia. *Vacina antivaríola: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/pd6q9>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1996.

GILL, Lorena. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS), 1890-1930. *Revista Unisinos*, Porto Alegre, v. 10, p. 45-52, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6169/3334>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GILL, Lorena. *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (1890-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/04/Um-Mal-do-S%C3%A9culo.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GILL, Lorena; PEZAT, Paulo (org.). *As publicações dos positivistas religiosos sobre questões médico-sanitárias (1885-1927)*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2008. https://wp.ufpel.edu.br/ndh/folelhos_positivistas/. Acesso em: 15 set. 2024.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YWJ7XPqXpmNXNFtBtMbr8Sm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS. *Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Barão do Arroio Grande, 1888 a 1889*. Pelotas: Imp. A vapor do Correio Mercantil, 1889. BPP.

KUHN, Fábio; BRIZOLA, Juliana. Entre vacinas, doenças e resistências: os impactos de uma epidemia de varíola em Porto Alegre no século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.26, n.2, p.537-554, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/FhdmxxJzMPP58tBdZbf8Ctw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

LABOISSIÈRE, Paula. Mpox: RS emite alerta com orientações para profissionais e população. *Agência Brasil*, Brasília, 20 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-08/mpox-rs-emite-alerta-com-orientacoes-para-profissionais-e-populacao>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1991.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; SCHEER, Micaele. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 133-152, 2012. Suplemento. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RzG9vKhxrVdtSZySjR74J9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LOPES, Aristeu. Os trabalhadores com sinais de varíola no acervo da Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul, 1933-1944. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1209-1227, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GcfJd68PrLxQgxdNVqZCGBL/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINOIS, Georges. *História do Suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

O REBATE. Pelotas, 16 ago. 1915. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

OLIVEIRA, Eliézer. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p.939-962, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/XTGbTzfgRGp83mrcnp4QTzk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998. v. 2, p. 287.

PELOTAS. Delegado de Higiene. *Estatística demográfico-sanitária do município de Pelotas*: correspondente ao ano de 1905. Pelotas: Delegado de Higiene, 1906. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6404>. Acesso em: 23 maio 2025.

PIMENTA, Tânia; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. Varíola e vacina na província do Rio de Janeiro In: FRANCO, Sebastião Pimentel; Pimenta, Tânia; Mota, André. *No rastro das Províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: EDUFES, 2019. p. 321-346. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/26508485-e913-4196-8afd-274d4be1a1df/content>. Acesso em: 23 maio 2025.

QUARESMA, Paulo. *Urbe em tempos de varíola: a cidade do Rio Grande (RS) durante a epidemia de 1904-1905*. 2012. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/123456789/2148/Paulo_Sergio_Andrade_Quaresma_Dissertacao.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 ago. 2024.

QUEVEDO, Éverton; KULZER, Giovana. Concepções e ações em saúde no século XIX e o tratamento dado às epidemias no Rio Grande do Sul. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia; MOTA, André. *No rastro das Províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória. EDUFES, 2019. p. 393-420. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/26508485-e913-4196-8afd-274d4be1a1df/content>. Acesso em: 23 maio 2025.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920. Porto Alegre: Oficinas Gráficas, d'A Federação, 1920. v. 2.

RELATÓRIO de 1916, apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro Chefe Octacílio Pereira. Pelotas, [s. n.], 1919. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, para o ano de 1929*. Pelotas: [SENIE], 1929. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

SCHREIBER, Werner; MATHYS, Friedrich Karl. *Infectio: doenças infecciosas na história da medicina*. Basileia: Editiones Roches, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. Contra a vacinação obrigatória: a propósito do parecer da Comissão de Instrução e Saúde Pública da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Na sede central da Igreja Positivista do Brasil, 1904. (Apostolado Positivista do Brasil, n. 222). <https://onedrive.live.com/?ls=true&cid=1DAD17318640ACC2&id=1DAD17318640ACC2%211878&parId=1DAD17318640ACC2%211848&o=OneUp>. Acesso em: 10 set. 2024.

VIEIRA, José Francisco. [Edital]. *A Opinião Pública*, Pelotas, 5 jun. 1905. Hemeroteca da Biblioteca Pública Pelotense.

WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-Grandense 1889-1928*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 89-102, 1985.

NOTAS

¹ Pós-doutorado pela Università Degli Studi di Siena (2009) e Fundação Oswaldo Cruz (2023). Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998). Professora Titular na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com

² O resultado da pesquisa foi publicado (Gill, 2004) e está acessível *on-line*.

³ Para o ano de 2024, por exemplo, apenas no Rio Grande do Sul, já houve a notificação de cinco casos de Mpox, mas nenhum deles se relacionou à nova variante, identificada no continente africano, que fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarasse emergência de saúde pública internacional, tendo em vista os riscos de disseminação global (Laboissière, 2024).

⁴ O jornal informava que o exemplo de Pelotas tinha sido copiado pelo Rio de Janeiro.

⁵ O jornal *A Opinião Pública* (1905a, p. 3) publicou um apelo em que constava do seguinte texto, com o nome e endereço da doente: “Os abaixo-assinados, achando-se completamente desarrimados de socorro e estando a sua filha Joaquina Eugenia de Bittencourt tuberculosa, vêm por meio da generosa imprensa pedir em nome dos desvalidos uma proteção à caridade pública. Não tendo como agradecer esta obra caritativa, Deus porá os olhos nas benfazejas almas que nos valeram. Clementino Domingos de Bittencourt e Maria D. Bittencourt, moradores do Fragata, em frente à estação dos bondes”. Nova notícia publicada no mesmo jornal revela que Joaquina havia morrido e que a outra filha sofria do mesmo mal e, por isso, continuavam buscando recursos (*A Opinião Pública*, 1905c, p. 3).

⁶ José Calero foi designado como Delegado de Higiene em 1895 e permaneceu no cargo até 1908, quando faleceu.

⁷ Outros termos poderiam ser usados para abordar a doença: o *major*, forma mais recorrente da doença; o *minor*, conhecido também como alastrim, com poucas marcas e baixos casos de mortes; e a hemorrágica, para situações raras, mas mais graves (Oliveira, 2003).

⁸ Tendo em vista os documentos analisados, bem como a observação de notícias de jornais, não é possível identificar quantas vezes foram abertos hospitais de isolamento em Pelotas nem o endereço ocupado por eles. Durante a administração de Pedro Luís Osório (1920-1924), no entanto, foi divulgada a aquisição de um sobrado de cimento armado para a construção de um lazareto. O edifício estava limitado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Barroso, João Manoel e Santa Cruz, segundo o jornal *Diário Popular* (1922, p. 1).

⁹ Para saber mais sobre a Revolução Federalista, ver: Axt (2023).